



Conselho Nacional de Justiça

Memória de Reunião

COMISSÃO PERMANENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Avaliação do funcionamento do PJe 2.0 - críticas e sugestões

Data	Horário	Local
3/8/2016	10h	Sala 17

Participantes (presencial)	Telefone/e-mail
Gustavo Tadeu Alkmim - Conselheiro CNJ, Presidente da Comissão	(61) 2326-4904 gustavo.alkmim@cnj.jus.br
Fernando Cesar Baptista de Mattos - Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4903 fernando.mattos@cnj.jus.br
Bruno Ronchetti de Castro - Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4962 bruno.ronchetti@cnj.jus.br
Carlos Augusto de Barros Levenhagen - Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4579 carlos.levenhagen@cnj.jus.br
Luiz Claudio Silva Allemand - Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4585 norberto.campelo@cnj.jus.br
Arnaldo Hossepian Lima Júnior - Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4580 arnaldo.lima@cnj.jus.br
Daldice Maria Santana de Almeida - Conselheira CNJ	(61) 2326-4574 carlos.dias@cnj.jus.br
Lélio Bentes Corrêa - Conselheiro CNJ	(61) 2326.4975 lelio.correa@cnj.jus.br
Rogério José Bento Soares do Nascimento - Conselheiro CNJ	(61) 2326.4981 rogerio.nascimento@cnj.jus.br
Bráulio Gabriel Gusmão - Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ	(61) 2326-4754 braulio.gusmao@cnj.jus.br

Marcelo Lauriano Lúcio - Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação	(61) 2326-5318 marcelo.lauriano@cnj.jus.br
Antônio Augusto Silva Martins - Chefe de Seção do PJe	(61) 2326-5398 augusto.martins@cnj.jus.br
Thiago de Andrade Vieira - Chefe de Seção do PJe	(61) 2326.5322 thiago.vieira@cnj.jus.br
Adriene Domingues Costa - Assessora-chefe - Conselheiro Arnaldo Hossepian Lima Júnior	(61) 2326.4890 adriene.costa@cnj.jus.br
Brenton Vieira Crispim - Assessor-chefe - Conselheiro Carlos Augusto de Barros Levenhagen	(61) 2326.4885 brenton.crispim@cnj.jus.br
Elton Rodrigues de Souza - Assessor-chefe - Conselheiro Bruno Ronchetti de Castro	(61) 2326.4884 elton.souza@cnj.jus.br
Emília Maria Rodrigues da Silva - Assessor-chefe - Conselheiro Carlos Eduardo Oliveira Dias	(61) 2326.4911 emilia@cnj.jus.br
Aline Luiz dos Santos - Assessora - Conselheiro Carlos Eduardo Oliveira Dias	(61) 2326.4911 aline.santos@cnj.jus.br
Larissa Franco Assumpção Pereira Coelho - Assessora - Conselheiro Rogério José Bento Soares do Nascimento	(61) 2326.4981 larissa.coelho@cnj.jus.br
Ines Fonseca Porto - Assessora-chefe - Conselheiro Lélío Bentes Corrêa	(61) 2326.4975 ines.porto@cnj.jus.br
Valéria Christina Fuxreiter Valente - Assessora - Conselheiro Lélío Bentes Corrêa	(61) 2326.4975 valeria.valente@cnj.jus.br
Celina Ribeiro Coelho de Moraes - Assistente VI - Conselheira Daldice Maria Santana de Almeida	(61) 2326.4902 celina.coelho@cnj.jus.br
Rodrigo Cunha Chueri - Assessor - Conselheiro José Norberto Lopes Campelo	(61) 2326.4584 rodrigo.chueiri@cnj.jus.br
Leonardo Peter da Silva - Assessor-chefe - Conselheiro Luiz Claudio Silva Allemand	(61) 2326.4907 leonardo.silva@cnj.jus.br
Ivana Patrícia de Araújo Bezerra de Paula - Assessora - Conselheiro Emmanoel Campelo	(61) 2326.4968 ivana.paula@cnj.jus.br
Paula Ferro Costa de Sousa - Assessora - Gabinete do Conselheiro Gustavo Tadeu Alkmim	(61) 2326.4904 paula.sousa@cnj.jus.br
Agatha Soares da Silveira - Assistente VI - Gabinete do Conselheiro Gustavo Tadeu Alkmim	(61) 2326.4904 agatha.silveira@cnj.jus.br
Carla Fabiane Abreu Aranha - Coordenadora - Secretaria Processual	(61) 2326.5176 carla.aranha@cnj.jus.br
Bruno Gomes Faria - Coordenador - Secretaria Processual	(61) 2326.5244 bruno.faria@cnj.jus.br

Pauta - Considerações - Deliberações

8ª Reunião da Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura

Avaliação do funcionamento do PJe 2.0 - críticas e sugestões

I - Considerações iniciais

O Conselheiro Gustavo Tadeu Alkmim iniciou a reunião informando que a Comissão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura encontra-se na reta final para entregar o pacote do PJe 2.0, como um padrão para o processo eletrônico para o Poder Judiciário. A expectativa é de que à medida que a nova versão comece a funcionar efetivamente, mesmo os tribunais que não aderiram ao PJe, espontaneamente venham a fazê-lo por conta da eficiência e eficácia dessa nova ferramenta. Por esse motivo, antes de disponibilizar a versão 2.0 para os Tribunais, foi decidido fazer uma avaliação internamente, no âmbito do CNJ, com quem lida com sistema diariamente. A ideia é de se ter um *feedback* do funcionamento do PJe desde a implantação da versão 2.0.

O Conselheiro Luiz Cláudio Allemand disse que as melhores informações para o gestor estão nas mãos dos usuários e com isso o desenvolvedor tem condições de melhorar o sistema.

O Conselheiro Gustavo Tadeu Alkmim afirmou que certamente não será apresentado um produto pronto e acabado. É uma construção permanente, a partir do uso, do que o usuário retorna como necessidade.

O Dr. Bráulio Gusmão iniciou apresentando a equipe do PJe. Informou que o projeto PJe 2.0 não consiste apenas em troca de telas. Tem por trás todo um conceito de tecnologias necessárias para que o sistema possa ter uma projeção a médio e longo prazo, pois como estava anteriormente, a tecnologia limitava a possibilidade de inserir novas funcionalidades e

ampliar o desenvolvimento e a melhoria do sistema. Afirmou que o sistema é muito grande, pois vai desde a petição inicial até o arquivamento, em todos os graus de jurisdição do Poder Judiciário. Dessa forma, a ideia foi fazer algo paulatino, que possibilite a troca de tecnologia aos poucos, sem impacto para o usuário, mas permitindo que o usuário sinta as melhorias do sistema. Por isso, o foco inicial foi no painel de tarefas e na visualização da documentação do processo nos autos. Em relação às outras telas, procurou-se manter o que já existia de funcionalidade, mas já com uma cara nova. Então, o sistema terá, em alguns lugares, toda uma nova tecnologia, como no painel de tarefas. E, aos poucos, as telas e os painéis serão substituídos pela nova tecnologia, com isso o impacto de implementação será reduzido. O sistema poderá ganhar velocidade também, porque com essa nova tecnologia é possível reunir vários times trabalhando em paralelo, vários tribunais contribuindo para o sistema. Além disso, a nova estratégia adotada consistirá no seguinte: primeiro trabalhar com um grupo menor de usuários, que é a grande vitrine para nós, que são os Conselheiros e os Gabinetes. Portanto, a partir de agora, tudo o que for lançado de novo, será primeiro utilizado aqui no CNJ para que depois seja liberado.

Os Conselheiros passaram à avaliação do sistema, apresentando críticas e sugestões de melhorias. Todas as sugestões foram discutidas e anotadas pelos servidores responsáveis pelo PJe.

Na sequência, o Conselheiro Gustavo Tadeu Alkmim solicitou aos assessores e servidores dos gabinetes e da secretaria processual que também apresentassem suas demandas de aperfeiçoamento da versão 2.0 do PJe, conforme abaixo.

II – Sugestões

Gabinete do Conselheiro Lélío Bentes Côrrea

- Disponibilizar ferramenta que permita a localização do processo fora do gabinete, na forma da antiga pesquisa “completo”; atualmente não é possível saber com precisão onde está localizado um processo fora do gabinete;

- Há problemas de fluxo em relação a alguns processos, que se perdem num limbo do PJe. Alguns vão para a caixa 'aguardando sessão colegiada' e não voltam mais;
- Visualização pela assessoria dos processos que estão na caixa 'confirmar relatório de voto';
- Dificuldade para salvar voto divergente/convergente na pauta virtual;
- No menu "sessões", as sessões aparecem em duplicidade;
- Dificuldade para visualizar os autos sem gerar PDF;
- Desenvolver ferramenta que permita o alerta e a conclusão dos processos com pedido de liminar incidental, que não estejam no gabinete;
- Alguns processos ficam presos na caixa aguardando sessão outros julgadores, sem que haja qualquer tarefa disponível para os conselheiros.

Gabinete do Conselheiro Bruno Ronchetti

- Alteração das movimentações processuais, atentando-se à realizada dos gabinetes do CNJ;
- Alerta nos processos que estão conclusos ou aguardando julgamento, quando é juntada uma nova petição;
- Possibilidade de um local, ao lado da numeração do processo, para inserção de informações pela assessoria (notas).

Gabinete do Conselheiro Gustavo Tadeu Alkmim

- Por diversas vezes o procedimento já teve analisado o pedido de medida liminar, mas retorna para a caixa de "minutar decisão com pedido de liminar";
- É feita a conclusão de petição com pedido de liminar incidental, mas não há nenhum tipo de

alerta sobre o tipo de pedido;

- Os processos que estão com vista regimental não aparecem nas caixas dos Conselheiros videntes, além disso, se o processo for sigiloso, é necessária autorização para acesso;
- Possibilidade de inclusão de alerta na hipótese de alteração das minutas de voto/relatório/decisão modificadas pelo Conselheiro no ato da assinatura;
- Os votos das sessões anteriores, tanto do Plenário Virtual quanto das Ordinárias, estão sumindo quando é encerrada a sessão;
- Interligação com a jurisprudência do CNJ e disponibilização para consulta através do sistema de jurisprudência das decisões monocráticas proferidas pelos outros Conselheiros;
- Entrada de petições em processos pautados – não há alerta.

Gabinete da Conselheira Daldice Santana

- Alteração no modo de visualização dos processos da caixa de entrada: do mais moderno para o mais antigo. Os colegas da TI informaram que isso já é possível. Solicitei, então, que o botão de escolha do modo de visualização pudesse definir um padrão fixo para o usuário, pois a funcionalidade de hoje exige nova definição de modelo de visualização a cada acesso;
- Alteração do modo de visualização dos processos quanto à tarefa: primeiro a parte de autos, depois a tarefa. O Dr. Bráulio informou que foi pensado da forma que é hoje (primeiro a tarefa) sob uma perspectiva de quem vai corrigir a minuta;
- Favoritos: criação de uma nova funcionalidade para *favoritar* os documentos do processo com compartilhamento dos favoritos com outros colegas de gabinete ou Conselheiro, a fim de que a identificação dos documentos principais seja feita com mais facilidade. Com a criação de etiquetas, fica mais fácil identificar os documentos posteriormente;
- Nas pautas, funcionalidade que avise sempre que um novo voto foi lançado, seja alteração do voto do relator, seja lançamento de voto dos demais, ainda que convergentes. Quanto à

pauta virtual, sugeri que fosse acrescentada a opção de acompanhar em parte/divergir em parte como forma de cômputo em destacado no gráfico, pois hoje quando o Conselheiro acompanha o relator em parte, mesmo havendo a opção de “acompanhar este voto”, não há qualquer ressalva no gráfico, o que pode vir a influenciar no cômputo dos votos ao final. A Carla da Processual posteriormente reforçou pedido nesse sentido, e disse que eles de fato podem estar elaborando certidões equivocadas em virtude da ausência dessa opção.

Gabinete do Conselheiro José Norberto Lopes Campelo

- Possibilidade de extração de um ementário editável pela assessoria diretamente do painel do magistrado na sessão, no qual conste, no mínimo, três colunas: número da pauta, dados do processo e ementa;
- Quando efetuado pedido de vista, que o gabinete do vistor tenha acesso automático a todos os documentos constantes nos autos, incluídos os marcados como sigilosos, o que hoje é feito manualmente pela Secretaria Processual, documento a documento.

Secretaria Processual

- Diário de Justiça – integração com sistema PJe. Publicações e certificações. (Como vai funcionar a plataforma de editais prevista na Resolução CNJ nº 234/2016);
- Modelos de intimação;
- Com a nova versão os modelos de intimação foram perdidos;
- Quanto aos processos adiados/retirados de pauta, incluir na movimentação o número da sessão a que se refere o adiamento/retirada e/ou pedido de pauta;
- Funcionalidade que permita a montagem da pauta de forma menos manual. Relatório dos processos que estão aptos para inclusão em pauta;

- Processos com acórdãos assinados não estão indo para tarefa “avaliar pendência de intimação”, permanecendo na caixa “aguardando decisão colegiada”;
- Dificuldade no painel da sessão virtual com relação a contagem de votos (convergente/divergente em parte);
- Tarefa “analisar manifestação parcial” – processos sem qualquer movimentação ou prazo decorrido estão saindo da tarefa.

Em anexo, a cópia da tabela de movimentações dos processos, que deve ser observada para alteração no sistema.